

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
FACULDADE DE LETRAS — UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Cadernos de Geografia

ALGUNS REPAROS À CLASSIFICAÇÃO DE COLÓNIAS PROPOSTA POR HARDY

Quando em 1933 Georges Hardy publicou na colecção *Géographie Humaine* o volume *Géographie & Colonisation*, a já clássica distinção, baseada unicamente em factos económicos, de três tipos de possessões nos impérios coloniais modernos, foi com vantagem substituída por uma classificação menos sucinta mas, sem dúvida, muito mais expressiva, dado que melhor se adapta não só às realidades económicas, mas também aos fenómenos de geografia humana, e ainda às influências da geografia física.

Não admira, pois, que os três antigos tipos, *colónias comerciais* ou *feitorias*, *colónias de plantação* ou *fazendas* e *colónias de povoamento* ou *própria-mente ditas* — como dizia Oliveira Martins — rapidamente cedessem o seu lugar, na literatura geográfica colonial, aos diferentes tipos sugeridos por Hardy: *colónias de enraizamento*, de *enquadramento* e de *posição* ou *ligação*.

Em cada um destes três tipos distinguiu Hardy vários casos particulares, pois «(...) au vrai, il n'est pas deux colonies qui se ressemblent comme des gouttes d'eau»¹. E diga-se de passagem que Oliveira Martins, muito embora o fizesse, nalguns casos, em função de bem diversas considerações, não deixou de vincar a mesma diversidade, quando no seu livro *O Brasil e as colónias portuguesas* estudou os tipos da antiga classificação.

Na moderna classificação distinguiram-se alguns casos, mas não todos, como implicitamente o reconhece o Autor — «Hâtons-nous de reconnaître que ce tableau ne prétend pas être complet. Il est tout schématique et laisse place, si l'on veut entrer dans le détail, à des variétés de ces différents types»².

Não obstante, em 1937, ainda Georges Hardy não havia acrescentado qualquer caso, como se poderá verificar pela leitura das páginas 16 e seguintes do volume *La politique coloniale et le partage de la Terre aux XIX^e et XX^e siècles*, onde se limita a reproduzir as ideias expostas no *avant-propos* da *Géographie & Colonisation*.

¹ Georges Hardy, *Geographie & Colonisation*, Paris, 1933, pág. 29.

² Georges Hardy, *ob. cit.*, pág. 29.

Que nós saibamos, ainda nenhum Autor fez explicitamente qualquer reserva à moderna classificação; livros didácticos franceses registam os três tipos, com os diferentes casos; numa obra brasileira segue-se, no estudo da colonização, o plano do Autor francês, mas parece fazer-se uma restrição, omitindo o segundo caso do primeiro tipo ¹.

Antes de mais, esboçemos a classificação que foi dada a público nas páginas da *Géographie & Colonisation*:

Colónias de enraizamento são aquelas em que o europeu se fixa, no lugar ou ao lado dos indígenas, adaptando-se às condições naturais ². Distinguem-se quatro casos neste tipo, e assim fala-se de *substituição* quando os colonizadores repelem ou aniquilam completamente a primitiva população aborígine; entende-se por *tropicalização* o caso das colónias nas quais os europeus conseguiram adaptar-se às condições naturais adversas, cruzando-se com os nativos, depois da submissão destes; são *colónias de repovoamento* aquelas em que os naturais foram aniquilados ou sucumbiram, como aconteceu nas Antilhas, ao contacto da raça mais forte, a dos colonizadores, seguindo-se a importação dos negros africanos, como indispensável mão de obra. Finalmente, no caso da *associação*, os europeus e os indígenas colaboram; poderemos dizer, como Hardy escreveu a propósito da Tunísia, que «(...) il se forme là une symbiose d'un genre inédit, faite de communauté d'intérêts, de compréhension réciproque et, certainement aussi, d'amitiés individuelles» ³.

O segundo tipo da classificação — *colónias de enquadramento* — compreende aqueles territórios coloniais onde, em função das condições naturais, o europeu se não adapta, e nas quais, portanto, a grande massa da população será sempre constituída pelos indígenas, *enquadrados* por europeus, com a missão de garantir a soberania política ou de dirigir o aproveitamento das riquezas do território; como é óbvio, os colonos brancos são sempre em reduzido número e não chegam, salvo casos excepcionais, a estabelecer-se definitivamente.

Neste tipo de colónias distingue Hardy alguns casos particulares, baseando-se na diversidade do meio físico; e assim, separa as «formations végétales telles que la forêt dense, la savane et la steppe» e as «formations géologiques, comme le delta, la montagne et la mine».

¹ Josué de Castro, *Geografia Humana — Estudo da paisagem cultural do Globo*, Porto Alegre, 1939, pág. 73 e segs.

² Esta limitação dos colonizadores aos povos europeus, não nos parece razoável. Sem recorrer à História Geral da Colonização, basta lembrar a actividade colonial dos japoneses dos últimos decénios.

³ Georges Hardy, *ob. cit.*, pág. 90.

Finalmente, o terceiro tipo da classificação corresponde às *colónias de posição ou ligação* — aquelas cujo domínio não é determinado senão por motivos de ordem estratégica ou razões comerciais. Três casos podemos distinguir: o deserto, a escala e a terra polar.

Estamos de posse da classificação de Hardy. Seja-nos agora permitido fazer algumas considerações.

O primeiro reparo, ainda que de menor importância, refere-se ao termo escolhido para designar o segundo caso das *colónias de enraizamento*.

«Tropicalisation» porquê, se afinal o que se pretende exprimir por esta expressão se não verificou nem verifica em todas as colónias inter-tropicais, antes foi um caso particular, por assim dizer circunscrito à América do Sul? Não seria preferível ter escolhido qualquer outro termo melhor adaptado à realidade do que este «tropicalização» que pelo seu radical nos pode induzir a erradas generalizações? E se da colonização dos tempos modernos passarmos para a história geral da colonização, não encontraremos, porventura, casos assaz idênticos, isto é, a adaptação dos colonizadores a condições mesológicas e sociais diversas, com simultânea mescla de sangues, e que tiveram por teatro regiões bem diferentes das tropicais?

Pode responder-se, bem sabemos, que «tropicalização» pretende exprimir esse facto quando tem lugar sob os trópicos; mas cumpre objectar se é legítimo restringir a extensão daquele termo a um caso particular, quando afinal, na colonização moderna, se verificam diversas modalidades de estabelecimento de colonos brancos nas regiões inter-tropicais. E dizemos diversas modalidades, pois não se ignora como são diferentes as reacções dos povos colonizadores.

Hardy, decerto com uma larga experiência colonial, como se depreende de toda a sua obra, não ignora isto, e se chamou «tropicalização» ao caso particular da América do Sul, baseava-se, sem dúvida, no facto de lhe parecer que lá, mais do que em nenhuma outra paragem, os colonizadores tinham manifestado um maior poder de adaptação às condições particulares dos trópicos. Todavia, é o próprio Hardy, quando trata de «Un cas de «tropicalisation»: l'Amérique Andine», quem escreve: «Toutes les entreprises de colonisation blanche qui ont été tentées dans les régions proprement tropicales — par exemple, celles du gouvernement péruvien dans les vallées de la *montana* (Poyuzo, Chanchamayo) — ont misérablement végété»¹.

Quer dizer, um limite existe para a tropicalização, mesmo no caso particular da «tropicalisation»! Ou ainda melhor: deixa de haver «tropicalização» logo que as regiões sejam «proprement tropicales»?!

¹ Georges Hardy, *ob. cit.*, págs. 47 e 48.

Será então bem escolhido o termo «tropicalização»?

Na realidade, mesmo os hispânicos, de todos os povos europeus os que melhor se adaptam às condições tropicais, não conseguem fixar-se e permanecer como raça pura senão onde o clima tropical se atenua, reflectindo a influência de quaisquer factores. Haja em vista a colonização de Angola: só nos planaltos, pois lá o clima tem características mesotérmicas de altitude, os colonos brancos lançam fundas raízes sem se abastardarem em mestiçagens, e ainda nas regiões costeiras meridionais, graças à corrente fria de Benguela¹. E a propósito dos países andinos, o próprio Hardy escreve que o aparente paradoxo do povoamento europeu se esclarece, considerando que «(...), comme le relief est ici fort accusé, leur climat n'est pas sans nuances, et ce sont ces nuances qui expliquent tout»².

Afinal que se passou na América do Sul? O Prof. Josué de Castro diz assim:

«Povos despidos de preconceitos raciais, os ibéricos, cedo se misturaram aos nativos, e desta mestiçagem física e interpenetração de culturas, surgiram factos de grande vantagem para a colonização dos trópicos»³.

Sobre o caso da América Andina é frisante este passo de *Géographie & Colonisation*:

«Deux voyageurs, Jorge Juan et António Ulloa, deux siècles après la conquête, affirment que les familles où l'on ne trouve pas de sang mêlé représentent une très rare exception: «Si l'on pouvait, ajoutent-ils, enlever chez les gens le peu de sang espagnol que leurs veines contiennent, il n'y coulerait plus que du sang d'Indiens et de nègres».

«En dehors même du métissage, ces unions avec des indigènes, jointes aux effets du climat et aux conditions de la vie sociale, produisirent ce que Juan B. Teran appelle la «tropicalisation» du conquérant. L'Espagnol transplanté oublia la plupart de ses préférences nationales et se laissa gagner par l'atmosphère morale du pays. Il ne garda, par exemple, de ses traditions chevaleresques que quelques apparences, sa religion se contamina d'apports locaux, sa fidélité au Roi céda le pas à des préoccupations plus égoïstes. Il renforça «son culte du courage» et il acquit «le mépris de la loi et de l'autorité, l'arrogance, la paresse, la passion du jeu» (Juan B. Teran).

¹ Positivamente, a adaptação da raça branca às regiões tropicais é hoje facilitada pelos progressos da medicina, pelos modernos tipos de habitação, por muitas comodidades ignoradas dos pioneiros.

² Georges Hardy, *ob. cit.*, pág. 46.

³ Josué de Castro, *ob. cit.*, pág. 78.

À quoi l'immigration du XIX^e siècle, ajouta, toujours selon le même auteur, «les calculs financiers et les désirs du lucre».

«Tout cela est, assurément, d'origine sociale bien plus que géographique, et la politique de l'Espagne est pour beaucoup dans la constitution particulière des sociétés hispanoaméricaines. Pourtant, le milieu physique a sa part dans cette transformation des mœurs et des esprits: (...)»¹.

Não se podem negar certas influências mesológicas, mas é forçoso reconhecer que, afinal, mais do que as condições geográficas particulares dos trópicos, foram fenómenos de origem social que, «assurément», determinaram o caso da «tropicalisation» na América Andina. E outro tanto aconteceu no Brasil; reparemos no que escreveu Jaime Cortesão:

«Transplantados para aquela espécie de paraíso tépido, onde a Eva se oferecia, quando a não ofereciam, e em que recusar era por vezes tomado como afronta, longe de todo o sistema religioso, jurídico e moral que regulava na Europa as relações entre os sexos, o português, como o castelhano e mais tarde o francês, entregou-se livremente à lei da natureza. Esta mútua atracção entre os portugueses adventícios e as índias aborígenes foi, dada a escassez dos primeiros, extremamente propícia à obra da colonização², mas não deixou de acarretar por vezes consequências desastrosas. Com o andar do tempo, muitos portugueses, fixados naquele novo-mundo, breve se adaptaram, por uma espécie de fatalidade natural, tanto a um novo regime de produção e subsistência, como a outros hábitos sociais e morais. Deu-se a indianização³, isto é, uma regressão de cultura, levada em certos casos aos últimos extremos. Quando o homem cai de súbito em meio físico e moral tão diverso, as hesitações na marcha, os desvios e as quedas são proporcionais à força de atracção do novo ambiente. Há também uma lei de gravidade na esfera moral: e o mesmo vale verberar os seus efeitos neste como no mundo físico. A violenta diversidade do clima — a cujos malefícios ainda hoje se atribuem certas deformações psicológicas ou morais do europeu transplantado de súbito às terras tropicais —, a quebra dos laços de férrea disciplina social que os inibiam na Europa e o aliciante apelo do meio bárbaro lançaram muitos dos primeiros colonos na anarquia moral.

¹ Georges Hardy, *ob. cit.*, págs. 52 e 53.

² «Assim o proclamam hoje também alguns historiadores brasileiros, como Gilberto Freire, no seu interessante livro *Casa Grande e Senzala*, Rio, 1934, pág. 75» (nota de J. Cortesão).

³ Expressão bem mais feliz do que a *tropicalisation* de Georges Hardy. Expliquemos: *indianização* lembra logo o que mais decisivamente actuou sobre os europeus — as influências humanas; *tropicalisation*, embora sugerindo influências físicas, procura traduzir factos sociais e, afinal, só tem lugar quando as condições não são «proprement tropicales».

«A formação do Brasil constitui exemplo frisantíssimo da importância e da força irresistível, quer das relações de produção, quer do desnivelamento físico e social, na história dos povos coloniais. Aqui, a definir essa fatalidade havia, dum lado, as razões do tempo, do outro, as do espaço. E cada um destes factores poderia medir-se por uma poderosa força de atracção: a primeira — a cultura duma idade nova; a segunda — dum mundo novo — ambas profunda e reciprocamente distanciadas. Este salto de mundo a mundo e de idade a idade, pela primeira vez na história realizado com tão violento contraste, continha em si o germe de quase todas as misérias e grandezas.

«Da síntese dessas duas forças, em que pode resumir-se a obra da colonização, nasceu o bandeirante, produto da fusão de raças e culturas, consciência activa da unidade geográfica e política do Brasil, em luta com a natureza, as leis e os homens que se opunham». São estas as condições naturais e mais poderosas da expansão portuguesa na América do Sul, durante os primeiros tempos (...)»¹.

Como se depreende deste testemunho, e de muitos outros, mais do que as circunstâncias da geografia física — cuja influência, não obstante, é manifesta — foram, todavia, factores de outra ordem os que maior acção desempenharam.

Por outro lado, basta reparar em que os mesmos povos ibéricos, colonizadores da América do Sul, não reagiram de igual modo noutras regiões tropicais, para reconhecer que não é razoável escolher aquele termo «tropicalização» para exprimir um facto que se não verifica por toda a zona inter-tropical.

Teran fala da «tropicalização» do conquistador. É exacto, pois certamente não pretende exprimir mais do que a reacção particular dos espanhóis ao contacto de outros povos nas regiões tropicais. E, sendo assim, nada impede que falemos da «tropicalização» de outras raças, muito embora se tenham adaptado de forma bem diversa, pois o estabelecimento de europeus na zona inter-tropical não será *tropicalização*?

A não ser assim, se usarmos a terminologia de Hardy, aceitando-lhe os conceitos, poderemos falar de «tropicalização» referindo-nos ao Brasil²,

¹ Jaime Cortesão, «Relações entre a história e a geografia do Brasil», in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Vol. III, Lisboa, 1940, pág. 17.

² Quando Martim Afonso de Sousa chegou ao Brasil, em 1532, para então se iniciar verdadeiramente a colonização, já encontrou mestiços: os filhos de João Ramalho, «tronco da maior nobreza de S. Paulo», como diz Silva Leme, e os de António Rodrigues; os dois viviam maritalmente com filhas de chefes indígenas. E o cruzamento de brancos com

mas não nos parece que outro tanto possamos fazer se estivermos a tratar de qualquer das actuais colónias portuguesas situadas entre os trópicos¹. No entanto, a raça colonizadora foi a mesma, a situação dos territórios é inter-tropical; só a longitude varia.

Podemos tentar uma explicação, baseando-nos na diferença de culturas dos aborígenes; e, de facto, se compararmos, fazendo um desvio, o grau de civilização dos indígenas dos territórios africanos colonizados pelos portugueses com aquele de que disfrutavam os nativos da América Andina colonizada pelos espanhóis, talvez não cause surpresa a impossibilidade de considerar do mesmo modo as duas colonizações. Mas se repararmos que muito embora portugueses e espanhóis tivessem encontrado na América do Sul povos diversamente civilizados, pois os pobres *índios* da Terra de Santa Cruz não sofrem paralelo com os Incas e outros povos andinos, nem por isso deixou de verificar-se, ressalvadas as diferenças, o caso a que Hardy chama «tropicalização»; mas se, averiguado isto, estabelecermos comparação entre os ameríndios do Brasil e os negros africanos, não deixará de causar estranheza que nas colónias portuguesas africanas se não tenha verificado idêntica evolução.

índias, ou de sangue europeu com *mameluco* vai continuar... «Com o aparecimento do *mameluco* — escreve Malheiro Dias — surge na história do Brasil o belicoso campeão da futura nacionalidade: a sua célula *mater*. Logo na primeira geração, o *mameluco* apresenta-se ao historiador como providencial instrumento da conquista do território e da formação de uma sub-raça apropriada às pesadas incumbências que lhe seriam distribuídas. O orgulho da progenitura lusitana torna-o mais implacável adversário do aborígene seu consanguíneo, de quem herdou as capacidades físicas de adaptação à mesologia americana e os instintos de combatividade. É ele brasileiro nato, sem a nostalgia do europeu, liberto de tantos dos seus preconceitos ancestrais, quem inexoravelmente, como cego instrumento do destino, persegue o habitante das florestas, o afugenta, e avança nas selvas, terrível precursor da civilização. O verdadeiro fundador da raça é este exemplar étnico originado do cruzamento do conquistador com o gentio. Quando surge o *mameluco* defendendo Piratininga, acoçando o parente selvagem (...) vê-se distintamente brotar neste guerreiro o orgulho de um dono, no modo como se assenhoreia da terra natal, dilata o domínio, defende a casa, a povoação e a cidade, e se torna o empreiteiro da tarefa de onde vai resultar uma pátria». (Vid.: *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Vol. III, pág. XXXIX.)

Sem dúvida, foi a mestiçagem que muito contribuiu para adaptar o sangue europeu aos climas tropicais. E quando foi iniciada a importação de escravos negros, mais sangues se misturaram... «Todo o brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo, a sombra, ou pelo menos a pinta, do negro» (Gilberto Freire).

¹ Embora tenha havido mestiçagem na Índia e nas colónias africanas, muito especialmente em Cabo Verde e S. Tomé, temos de convir que tudo se passa aí de forma diversa daquela de que se trata na *tropicalisation* de Hardy.

Contudo, a explicação é bem simples: «(...) a insalubridade de Moçambique e até certo ponto de Angola, impediram que os vassallos dos reis de Portugal se estabelecessem em grandes massas (...)», escreve Pedro de Azevedo, na *História da Colonização Portuguesa do Brasil*¹. E quando refere que «no meado do século XVI é que o Brasil se tornou uma terra de promessa para Portugal», aponta, entre outros factores, o «clima suportável». Por outro lado, «a inhospitalidade de África — diz Oliveira Martins — não consentiu (...) a formação de uma sub-raça mestiça, apesar das sucessivas imigrações de brancos»².

Se estudarmos a colonização espanhola, sem dificuldade reconheceremos igualmente tipos bem diversos. Nalgumas regiões — como na América Andina — os colonizadores conseguiram fixar-se, mercê de «haber hallado en su camino las mesetas, buena defensa contra el clima tropical», e ainda porque os favorecia «la aptitud de la raza ibero-africana para adaptarse a él y enlazarse con los indígenas»³. Todavia, nas Antilhas já os espanhóis reagem de outro modo; lá as condições tropicais não foram contrabalançadas nem pelo cruzamento — os aborígenes sucumbiram ante a raça mais forte — nem por mesetas que tornassem o clima menos hostil: «el blanco habia sido vencido por el Trópico (...)» como diz Reparaz⁴. E a solução foi outra.

Por outras palavras: sempre que as condições tropicais se acentuam, diminuindo a possibilidade de fixação de raízes europeias e contribuindo por vezes, a par de outras causas, para que deixe de haver mescla de sangues em grande escala — logo desaparece a «tropicalização» tal como Hardy a entendeu.

Mas, voltando ao caso das colónias portuguesas, urge perguntar: apesar das características diferentes não será o enraizamento de população branca em Angola ou Moçambique um caso de *tropicalização*, entendendo-a com o significado mais lato que já lhe demos? Pois não são os ibéricos os povos que melhor se adaptam sob os trópicos? E os portugueses que se *tropicalizaram* no Brasil, porventura deixaram de consegui-lo em Angola, muito embora com características diversas em função de outras influências?

Positivamente, a adaptação da raça branca, sob os trópicos, realizou-se de forma diferente conforme as regiões. Características particulares do clima ou da hipsometria, reacções diversas dos aborígenes, tudo isso con-

¹ Pedro de Azevedo, «A instituição do Governo Geral», in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Vol. III, pág. 327.

² Oliveira Martins, *O Brasil e as colónias portuguesas*, 5.^a ed., Lisboa, 1929, pág. 20.

³ G. de Reparaz, *História de la colonización*, Vol. I, Barcelona, 1933, pág. 359.

⁴ Idem, pág. 356.

tribui para que as condições particulares dos trópicos não actuem por toda a parte de igual maneira, ainda que a raça colonizadora seja a mesma e o grau de civilização dos indígenas idêntico, podendo acontecer até que diferentes colonizadores cheguem ao mesmo resultado em contacto com povos de culturas bem diferentes.

Poderá com inteira justeza chamar-se «tropicalização» a um caso particular da colonização inter-tropical? Não será o caso da América Andina, bem como o do Brasil, unicamente um aspecto muito curioso, sem dúvida, da *tropicalização*, entendendo-se como tal a adaptação, com maior ou menor êxito, da raça branca às regiões tropicais?

Dadas as características especiais do caso da América Andina e do Brasil — ressaltadas as diferenças — e lembrando-nos da mestiçagem em larga escala ¹, da adopção pelos europeus e seus descendentes mais ou menos mestiçados de muitos usos e costumes dos nativos, e ainda da influência exercida sobre estes pela cultura dos colonizadores, poderemos dizer que entre indígenas e europeus, após as lutas iniciais e a política de segregação, e até durante elas, houve assimilação recíproca, criando-se não só uma raça mestiça, melhor adaptada às condições locais do que a raça branca, mas também uma cultura mesclada, embora com o predomínio da europeia. A pouco e pouco, colonizadores e indígenas tenderam para a *associação*, esboçada desde o princípio, ao menos no Brasil.

Por vezes, os anseios das raças em presença chegaram a fundir-se num ideal comum, facto a que não foram decerto estranhas nem a mescla de sangues nem as múltiplas influências psicológicas recíprocas. A propósito da América Andina, escreveu Reparaz que, entre os crioulos «surgía también la tendencia a identificar las próprias aspiraciones con las da población indígena, creando un patriotismo tradicionalista, a la par étnico y territorial. Así nació el concepto de raza hispanoamericana, distinta de la raza pura, (...)».

Depois do que deixamos dito, não nos parece ousado propor que seja suprimido o segundo caso das *colónias de enraizamento*, tendo em vista, como o fez o Prof. Josué de Castro, que afinal a América Andina e o Brasil se podem considerar como um caso de *associação*, embora admitamos características diferentes das que se verificaram na Tunísia, o exemplo citado por Hardy quando trata dos casos de *associação*. Mas a entender-se que essa

¹ A propósito da América Andina recordemos o depoimento de Jorge Juan e António Ulloa, citado por Hardy: «Si l'on pouvait enlever chez les gens le peu de sang espagnol que leurs veines contiennent, il n'y coulerait plus que du sang d'Indiens et de nègres». (*Géographie & Colonisation*, pág. 52, texto já atrás transcrito.)

diferença de características deve ser acentuada, chamemos ao caso da América do Sul *associação tropical* e ao da Tunísia e similares simplesmente *associação*. E não se pense que aquela rubrica, *associação tropical*, se confunde com «tropicalização», tal como a entende Hardy, não passando a substituição, portanto, de um jogo de palavras. Não! Embora uma e outra pretendam traduzir um mesmo facto, parece-nos mais feliz a que escolhemos por mais conforme com as realidades. Na verdade, chama-se *associação tropical*, porque de associação se trata, e junta-se-lhe o qualificativo tropical, porque teve lugar sob os trópicos, sendo por conseguinte um aspecto da *tropicalização*, entendida esta no sentido geral que se lhe deve atribuir e com a merecida amplitude. Não restringimos o significado de «tropicalização» a um caso particular dela mesma, como fez Hardy, furtando desse modo ao vocabulário uma expressão feliz para designar a totalidade dos estabelecimentos coloniais sob os trópicos onde, em circunstâncias idênticas às da América do Sul ou de qualquer outro modo, a raça branca conseguiu fixar-se. E se não bastarem as razões que deixamos expostas, acrescentamos ainda que o termo «tropicalização», com o significado restrito que lhe deu Hardy, não nos revela o que há de fundamental na colonização da América do Sul, e sobretudo no Brasil, apesar dos excessos que terá havido. «Tropicalização» nem longinquamente nos sugere *associação* — e esta, sem dúvida, foi desde sempre uma das características da colonização portuguesa!

Mas se, porventura, a distinção entre *associação* e *associação tropical* pode causar confusões, e dado que Hardy queira manter quatro casos no seu primeiro tipo de colónias, julgamos justo sugerir que, em vez de «tropicalização», se fale antes de um caso de *fusão* — se tomarmos como características essenciais das colónias da América do Sul a mestiçagem e as recíprocas influências das raças em contacto — ou de um caso de *cooperação* — considerando que, de facto, colonizadores; indígenas, mestiços e também os negros vindos de África cooperam na obra de colonização. Os indígenas deram a ajuda voluntária ou forçada do seu braço; os colonos brancos e os seus descendentes, puros ou mais ou menos mestiçados, deram o auxílio técnico, orientaram a faina grandiosa do desbravar, abriram outros horizontes de trabalho. No caso brasileiro, essa cooperação esboça-se logo no dealbar da colonização: elementos indígenas estão presentes e confraternizam com os portugueses na fundação da Vila-de-S. Vicente: mais tarde, outros elementos indígenas irão nas *bandeiras* a percorrer a selva e a desvendar os páramos ignorados. E uma outra espécie de colaboração se observa quando se lutou contra os holandeses — portugueses da metrópole e brancos nascidos no Brasil alinharam para o combate, tendo à ilharga os tórços do negro Henrique Dias e os *índios* capitaneados por Filipe Camarão.

* * *

Outro reparo e este, porventura, com mais interesse para os estudiosos portugueses: em qual dos tipos da classificação se devem incluir os arquipélagos portugueses do Atlântico?

Comecemos pelos arquipélagos da Madeira e dos Açores. Não ignoramos, evidentemente, que eles hoje são até parte integrante da Metrópole; mas tal facto não impede que, à luz da história geral da colonização, o caso dos arquipélagos seja estudado¹. Recordemos que Hardy, quando nos fala da «tropicalisation», não tem dúvida alguma em citar como exemplo países que há muito deixaram de ser colónias².

Ninguém desconhece que, tanto o arquipélago da Madeira como o dos Açores eram desabitados quando lá aportaram os barcos portugueses. O povoamento começou pouco depois e, ao tempo da morte do Infante, as ilhas prosperavam. «A Madeira e Pôrto-Santo foram em 1425 divididas em duas capitánias, a do Funchal e a de Machico, dando-se a primeira a Zarco e a segunda a Tristão Vaz. Nos Açores seguiu-se o mesmo systema. Colonizadas com algarvios e minhotos pelos seus donatários, as ilhas do Atlântico breve prosperam à sombra de um clima benigno e de um solo ubérrimo. Funchal era vila em 1451 e cidade em 1508. No meiado do xv século, isto é, trinta ou quarenta anos depois da descoberta, a Madeira contava quatro povoações importantes, punha em armas 800 homens, produzia grão para alimento próprio, e açúcar que, cem anos mais tarde, chegou a pesar quatro mil toneladas»³.

Na actualidade, a população ascende a 249 198 habitantes no arquipélago da Madeira e a 286 909 no dos Açores; a densidade média é, respectivamente, de 307,6 e 119,5 habitantes por quilómetro quadrado.

A colonização dos dois arquipélagos é indubitavelmente um caso de enraizamento; todavia, nada tem de comum com qualquer dos quatro casos expostos por Hardy, nos quais se tem de entrar em linha de conta com uma população indígena anterior à chegada dos colonizadores, circunstância que não se verifica nem na Madeira nem nos Açores. E, sem dificuldade de

¹ Segundo Manuel Múrias, *História Breve da Colonização Portuguesa*, pág. 31, o que se realizou nas ilhas da Madeira e dos Açores no tempo do Infante D. Henrique constitui «a mais bela experiência de colonização que (...), desde os Romanos, se tentara; (...)».

² Quanto ao Império Português, em nosso critério, não é razoável que se continue a falar de colónias, dando-se a este vocábulo o significado que lhe foi atribuído no século XIX. Metrópole, ilhas adjacentes, territórios ultramarinos — Portugal de Aquém e de Além Mar!

³ Oliveira Martins, *ob. cit.*, pág. 4.

maior, teremos de concluir que não se encontra na classificação de Hardy qualquer rubrica que possa aplicar-se aos dois arquipélagos em discussão.

Quanto ao arquipélago de Cabo Verde e às ilhas do Golfo da Guiné — S. Tomé e Príncipe — também não vemos na classificação de Hardy qualquer tipo de colónia que se lhes possa atribuir¹. Se não, vejamos:

Serão um caso de substituição, de «tropicalização», de repovoamento ou de associação? Impõe-se uma formal negativa, pois, na época do descobrimento, todas aquelas ilhas estavam absolutamente desertas, e nem sequer um vestígio da passagem do homem restava.

O europeu, para se fixar, não teve necessidade de repelir o indígena ou de partilhar com ele o território. O povoamento em Cabo Verde começou pela ilha de Santiago em 1462²; em S. Tomé iniciou-se a colonização no ano de 1486, sendo os primeiros colonos os de João de Paiva.

Positivamente, as condições climáticas das ilhas não eram muito favoráveis ao estabelecimento de europeus e por isso, como diz Manuel Múrias, «a colonização fêz-se especialmente com os pretos das costas da Guiné e da Mina, se bem que se prolongasse pelo século xvi e seguinte a tentativa de adaptação de colonos brancos. Desistiu-se, afinal, quanto a S. Tomé e ao Príncipe; mas a insistência desenvolvida em Cabo Verde permitiu a criação do tipo mixto do colono, que caracteriza a população do arquipélago»³.

O comércio estabelecido por Cabo Verde com a Costa da Guiné e por S. Tomé com a da Mina, e ainda a cultura da cana de açúcar contribuíram, além de outras causas, para a fixação de alguns núcleos de população branca.

Em relação a S. Tomé, cujo primeiro ensaio de colonização não foi satisfatório, diz Oliveira Martins que «um caso fortuito, porém, deu azo à prosperidade da ilha: a questão dos judeus. Em 1493, a capitania de S. Tomé foi transferida a Alvaro de Caminha, que se estabeleceu na colónia com judeus e degredados, dando-se a cada huu huua escrava pera a ter & se della servir avendo o principal respeito a se a dita ilha povoar»⁴.

Nos fins do século passado, aproximadamente quatro séculos depois de se ter iniciado a colonização, escrevia Oliveira Martins a propósito de Cabo Verde:

«O clima das ilhas, a natureza das culturas, a idade da colonização, nacionalisaram portuguez o arquipélago, embora de um modo só de longe

¹ Talvez haja um: o das *colónias mistas*, mas esta designação é tão vaga que Hardy fala nela, mas não o fez entrar no quadro da classificação.

² Foi o genovês António da Nola, donatário da ilha de Santiago, quem iniciou o povoamento, autorizado pelo infante D. Fernando.

³ Manuel Múrias, *História breve da colonização portuguesa*, Lisboa, MCMXL, pág. 32.

⁴ Oliveira Martins, *ob. cit.*, pág. 5.

comparavel ainda aos primeiros e felizes ensaios da Madeira e dos Açores. Um milhar de brancos, confundidos com oitenta mil negros, mais ou menos eivados de sangue berbere ou portuguez, eis os elementos de uma população que se deve considerar fixa, arrebanhando numerosos gados, cultivando cereaes e legumes, isto é com autonomia agricola: e creando para o comércio o café, o assucar, a purgueira e o sal ¹. O archipelago apparece-nos pois na transição da condição de colónia, para a de provincia metropolitana, transição passada ha seculos já para os archipelagos atlanticos da Madeira e dos Açores» ².

Conforme as últimas estatísticas, a população de Cabo Verde é de 174 403 habitantes, entre os quais 7 017 brancos e 128 430 mestiços: a densidade média é de 43,24 hab. por Km².

Quanto às ilhas do Golfo da Guiné, a população actual conta 48 800 habitantes, assim repartidos: 967 brancos e 47 842 negros (incluindo mestiços e outros tipos somáticos). A densidade média é de 50,6 hab. por Km².

Considerando que os primeiros esforços da colonização, tanto no arquipélago de Cabo Verde como na ilha de S. Tomé, se dirigem no sentido de *povoar* as ilhas, objectivo que foi atingido, e tendo em vista que nesse povoamento tiveram colaboração activa colonos brancos, cuja descendência branca pura, embora pouco numerosa, e a mestiça — a quase totalidade da população — perpetuam as raízes europeias, ousamos classificar a colonização do arquipélago e das ilhas do Golfo da Guiné como um caso de enraizamento.

Bem sabemos que poderá parecer muito ousada tal classificação, mas procuraremos justificá-la em seguida.

No tipo de colonização de enraizamento Hardy distinguuiu um caso a que chamou de *repopoamento*. Perguntemos: foi esse *repopoamento* levado

¹ Eis aqui números tendentes a provar o que se diz no texto:

Cultura (1874)		Gados (1878)	
	Hectares		Cabeças
Cana	13.000	Vaccum	13.599
Café	1.600	Asinino	16.071
Algodão	1.600	Cavalar	2.450
Tabaco	700	Muar	395
Milho e feijão	37.000	Cabrum	58.374
Batatas	2.700	Ovelhum	8.188
Mandioca	8.000	Suino	14.746

(Nota de Oliveira Martins).

² Oliveira Martins, *ob. cit.*, págs. 193 e 194.

a cabo *por* colonos brancos ou *pelos* colonizadores brancos? Esclareçamos: quando os indígenas das Antilhas se extinguíram, ou pelo menos rarearam, o potencial humano foi garantido pelo reforço considerável de grande número de colonos brancos ou antes foi mantido graças às medidas tomadas para a vinda de muitos milhares de negros africanos? Não há dúvida que o *repopoamento* se fez com a raça negra. Pode argumentar-se que nas Antilhas o número de brancos era em maior número do que nas ilhas portuguesas cuja colonização discutimos. Responderemos: também no caso da «*tropicalização*» (tal como o entende Hardy) o número de brancos puros é muito inferior ao que se conta nas *colónias de substituição*, e nem por isso o Autor francês deixa de incluir aquele caso na colonização de enraizamento. Uma das características bem vincadas da «*tropicalização*» é a formação de uma raça mestiça: em Cabo Verde e nas ilhas do Gôlfo da Guiné, desde os primeiros tempos da colonização, a mestiçagem contribuiu decisivamente para o aumento global da população. De resto, Hardy, quando estuda «Un cas de repeuplement» refere-se, na rápida introdução, às «îles du Cap Vert», deixando-nos pressupor que considera essas ilhas como um caso de *repopoamento* e, por conseguinte, *colónia de enraizamento*.

Simplemente, não nos parece que se possa *falar* de *repopoamento* tratando de Cabo Verde, desde que na verdade, não houve mais do que *povoamento*. Nas Antilhas, depois da chegada dos brancos, a população indígena que povoava as ilhas começou a decrescer rapidamente e os colonizadores tiveram de levar a cabo uma obra de *repopoamento*. Em Cabo Verde as coisas passam-se de diversa maneira: quando começa a colonização, as ilhas estavam desertas, os colonos, brancos ou negros, que desembarcavam não iam a *repopoar*, mas pura e simplesmente a *povoar*. *Repopoamento* implica *povoamento* anterior — o que não acontecia nas ilhas portuguesas de Cabo Verde: o arquipélago estava desabitado; casais do Algarve, a que se deram escravos, foram os primeiros colonos; juntaram-se-lhes, «pelo ano de 1500, degredados e, em 1601, cristãos novos»¹.

As ilhas de S. Tomé e Príncipe constituem um caso algum tanto diferente do arquipélago de Cabo Verde: a população branca é diminuta, embora o clima, a partir duma altitude relativamente baixa, seja muito salubre. Não obstante, temos de reconhecer que o sangue europeu se perpetuou nessas ilhas — «Os povoadores foram colonos, degredados e judeus, a quem foram fornecidos escravos e escravas. De êles descende a classe numerosa de gente

¹ Ribeiro Vilas, *Os Portugueses na Colonização*, Lisboa, 1929, pág. 77.

abastada da ilha, mais ou menos mestiçada, da qual têm saído médicos, advogados, comerciantes, etc.»¹.

É verdade que, pela antiga classificação, nos tínhamos habituado a considerar S. Tomé como colónia de plantação ou fazenda; mas de posse dos tipos de colónias de Hardy, resultantes de uma visão mais perfeita do *facto colonial*, poderemos, porventura, classificar S. Tomé como *colónia de enquadramento*? Mas se fôr assim, na mesma categoria teremos de incluir as Antilhas, pois que tanto em S. Tomé como na Martinica foi a impossibilidade do trabalho aturado do europeu que obrigou ao emprego da mão de obra negra. De resto, em S. Tomé, os mestiços não tiveram dificuldade em assimilar a cultura europeia, como já mostrámos numa transcrição, e alguns deles desempenharam acção preponderante no desenvolvimento económico da ilha, como por exemplo o Barão de Água Izé.

Tal como nas outras ilhas inter-tropicais — Hardy refere claramente o *facto* — a população mestiça reflecte ainda as perturbações do século XIX, mas não obstante S. Tomé está longe de ser «L'Île qui meurt», como a de Guadeloupe. Não é grande a população branca de S. Tomé, mas essa circunstância talvez se explique considerando a divisão da propriedade — que revela ainda uma primitiva forma de exploração económica — e também as lendas que se espalharam sobre o clima de uma ilha situada sobre a *linha!*

Outro *facto* curioso da colonização de S. Tomé é o da importação de mão de obra. Nas Antilhas, os negros descarregados dos barcos negreiros eram forçados a fixar-se — consequência da sua condição de escravos, tal como acontecia com os seus irmãos de raça na primitiva fase da colonização da ilha portuguesa do Golfo da Guiné. Na actualidade, os trabalhadores negros que aportam a S. Tomé, permanecem na ilha temporariamente. É uma espécie de *repopoamento periódico*, determinado pela indolência da *gente da terra*, como a eles próprios se chamam os mestiços.

Poderemos ainda discutir se Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe serão *colónias de posição* ou de *ligação*.

Vejamos:

Temos de convir que nos séculos XV, XVI e XVII o valor do arquipélago de Cabo Verde e da ilha de S. Tomé, mais que a do Príncipe, era excepcional pela *posição*, pois, tanto num caso como noutra lá faziam aguada e tomavam *algum refrêsc* os navios que primeiro andavam descobrindo novas terras e, mais tarde, nas viagens para a Índia e outras partes do mundo. Também é verdade que, por esse tempo, era muito animado o comércio, tanto do arquipélago de Cabo Verde como de S. Tomé, com as costas que lhes fica-

¹ Ribeiro Vilas, *ob. cit.*, pág. 101.

vam fronteiras. Pois, não obstante, nem relativamente a essa época nos parece razoável classificar como *de posição* territórios coloniais onde, desde início, os governantes se dão à faina de povoar, no intuito bem vincado de aproveitar as excelentes condições naturais para determinadas culturas.

A cana do açúcar, depois o café, e simultaneamente a criação de gados prosperaram em Cabo Verde; em S. Tomé, aquelas duas culturas e, mais tarde, o cacau determinaram períodos de esplendor.

Embora em Cabo Verde se encontre um grande porto de escala da actualidade, e a posição estratégica do arquipélago no Atlântico seja de primeira ordem, não julgamos que possa classificar-se unicamente de *posição* um território cujo aproveitamento agrícola foi desde sempre uma das aspirações dos colonizadores. Quanto a S. Tomé, se ainda é hoje escala obrigada de algumas carreiras, não é menos verdade que a sua maior importância está na cultura de produtos agrícolas tropicais.

* * *

Das considerações que temos feito não nos parece lícito concluir que se encontra na classificação de Hardy um caso de colonização no qual possamos incluir os arquipélagos da Madeira, Açores, Cabo Verde e ilhas do Golfo da Guiné.

Posto isto, tentemos de seguida apresentar mais um caso da *colonização de enraizamento* e chamemos-lhe desde já *de povoamento primordial*.

Que se verificou nas ilhas portuguesas do Atlântico? Já o sabemos: descobriram-se ilhas desertas que a Coroa Portuguesa por todos os meios ao seu alcance procurou e conseguiu *povoar* «(...) mucho antes de llegar a la India los portugueses inauguraran la época colonial moderna, poblando las islas que iban descubriendo»¹.

Entregaram-se as ilhas a donatários ou a governadores; levaram-se os colonos brancos, homens e mulheres; foram degredados do reino, judeus e cristãos novos; desembarcaram sacerdotes, militares e funcionários civis. Para os trabalhos agrícolas buscaram-se na costa africana escravos negros. Nos arquipélagos da Madeira e Açores, o número inferior de escravos e as condições climáticas favoráveis ao europeu permitiram que a população permanecesse branca pura; no arquipélago de Cabo Verde e nas ilhas do Golfo da Guiné, o elemento fundamental do povoamento foram os negros, e daí o inevitável cruzamento e a formação de uma raça mestiça.

Açores e Madeira há muito deixaram de ser colónias; quanto a Cabo

¹ Reparaz, *ob. cit.*, págs. 268 e 269.

Verde, já nos fins do século passado Oliveira Martins dizia que o arquipélago nos apareceria na transição de colónia para a de província metropolitana e, ainda recentemente, alguém escreveu que as ilhas eram «pedaços de Portugal em meio do Atlântico, como a Madeira e os Açores — «ilhas adjacentes» de Cabo Verde!»¹.

O grande fundo da população é constituído pelos mestiços (73,6%). «Nas gentes que topamos, mal desembarcamos no cais, há representantes de várias fases porque foram passando os nativos até esta era em que vivemos: desde o mulato, quási negro, em que ainda predominam os caracteres do gentio da África tropical, até o mestiço quási branco em quem o sangue europeu já desenhou formas novas e mais puras — é todo o mostuário da evolução de uma raça que se mete pelos olhos dentro».

«Tão caboverdeano é este homem negro, quási retinto, remando no escaler que me conduz a terra, como certos tipos de brancura caucasiana que se encontram vulgarmente na Ilha Brava. E entre o negro retinto e os homens loiros, de olhos azuis, que se encontram em Santo Antão e S. Nicolau, passam todos os cambiantes de côr (...)), assim escreveu Henrique Galvão².

Quanto a S. Tomé e Príncipe, ilhas equatoriais, o grande contingente da população é também o da gente de côr — mestiços e negros. Não obstante, é inegável a contribuição do sangue europeu. Nos mestiços distinguem-se «três classes: civilizados, descendentes dos grandes proprietários, constituindo a nobreza da terra, núcleo social muito apreciável, onde existem os mais progressivos elementos, empregados públicos e pequenos proprietários, e finalmente os fôrros descendentes das antigas escravas e de degredados e judeus. Todos êstes grupos apresentam caracteres anatómicos de raças perfeitas, na hierarquia orgânica; descendendo de antigos colonos em constantes cruzamentos, embora a côr por vezes o não ateste, [o facto] é demonstrado pelos traços fisionómicos»³.

Tudo o que deixamos dito nos leva a concluir que:

a) — Nas ilhas desertas do século xv se encontra na actualidade uma população cuja densidade por quilómetro quadrado atinge, na Madeira, cifras invulgares na Europa, sendo nos Açores superior à da maioria dos países europeus. Em Cabo Verde e nas ilhas do Golfo da Guiné, essa densi-

¹ José Osório de Oliveira, «A paisagem do arquipélago de Cabo Verde», in *Panorama*, Ano I, n.º 7, Lisboa, 1942, pág. 32.

² Henrique Galvão, *Outras terras, outras gentes*, Vol. I, Lisboa (data do prefácio: 1941), págs. 66, 67 e 68.

³ *Exposição do Mundo Português — Secção Colonial*, Lisboa, 1940, págs. 223 e 226.

dade é, respectivamente, um pouco inferior e superior à média da Europa, o que não é vulgar nas regiões africanas.

b) — Nos arquipélagos da Madeira e Açores fixou-se uma população branca pura que, dada a sua densidade, desde há muito contribui para a colonização de outras regiões do Império Português, quando não emigra para territórios estrangeiros.

c) — No arquipélago de Cabo Verde e nas ilhas de S. Tomé e Príncipe, como consequência dos cruzamentos, fixou-se uma população mestiça; o contingente de brancos, em função das circunstâncias climáticas, é diminuto, mas não pode negar-se que o sangue europeu contribuiu decisivamente, sobretudo em Cabo Verde, para a formação de uma raça mestiça com grandes possibilidades de assimilar a cultura do povo colonizador, como comprovam os usos e costumes dos nativos de Cabo Verde, que suportam paralelo com o dos camponeses da Metrópole, e a boa conta que dão de si os emigrantes, numerosos e bem acolhidos nos Estados Unidos, e que sempre se dizem *Portugueses de Cabo Verde*.

Ora, estas conclusões levam-nos a admitir um caso que não tem similar na classificação de Hardy, e ao qual chamamos, como já dissemos, *de povoamento primordial*. *Povoamento*, porque de povoamento se trata no sentido mais exacto do termo; *primordial*, visto que anteriormente as ilhas se encontravam desertas e, salvo uma ou outra muito vaga alusão, não há documentos de que tenha havido povoamento anterior nos tempos históricos.

Sabemos que pode causar reparos o facto de incluirmos numa só rubrica o caso dos arquipélagos da Madeira e dos Açores, cujo povoamento foi, por assim dizer, exclusivamente europeu, e o caso do arquipélago de Cabo Verde e das ilhas do Golfo da Guiné, onde o elemento fundamental do povoamento foi a raça negra. Mas, caso o problema seja posto e nós entendamos que, logicamente assim deve ser — a solução a dar-lhe é simples — bastará desdobrar a rubrica: Açores e Madeira — *povoamento europeu*; Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe — *povoamento misto*.

A característica singular de povoar territórios desertos ficará vincada, assim como a das modalidades particulares do povoamento.

Terminando, frisamos mais uma vez que nos *tipos* de colonização de Hardy se não encontra um caso no qual se possam englobar satisfatoriamente as ilhas portuguesas do Atlântico. Talvez lhe tivesse passado despercebido que «los portugueses inauguraron la época colonial moderna, poblando las islas que iban descubriendo».

Junho, 1943

FERNANDES MARTINS